



## Novos cursos de medicina privilegiam interesses empresariais

*Entre os 37 municípios brasileiros selecionados para abrigar novas faculdades estão Alagoinhas, Eunápolis, Guanambi, Itabuna, Jacobina e Juazeiro. Nenhuma tem condições de atender decentemente a uma demanda acadêmica. A decisão do MEC é entendida como uma bela “colher de chá” para os empresários do ensino privado.*

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu prazo de três a 18 meses para que instituições privadas de ensino superior oficialmente autorizadas implementem seus projetos de instalação de novos cursos de Medicina. Com relação às cidades baianas consideradas aptas a receber novas escolas, a pergunta é a seguinte: será que Alagoinhas, Eunápolis, Guanambi, Itabuna, Jacobina e Juazeiro têm condições de oferecer hospitais à altura da importância de um curso de formação de médicos? O prazo do MEC foi estabelecido em setembro do ano passado e, de lá para cá, as queixas continuam praticamente as mesmas por parte dos profissionais que atuam em hospitais das seis cidades selecionadas na Bahia.

A expansão do número de escolas de Medicina estava prevista desde 2014, dentro do Programa Mais Médicos. O objetivo é distribuir 2.290 novas vagas na iniciativa privada em 37 municípios de 11 Estados. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) alerta que a qualidade do ensino não deve ser substituída pela quantidade de formandos. Na Bahia, o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, observa que é flagrante no interior baiano a falta de condições para abrigar hospitais destinados à prática acadêmica. A Federação Nacional dos Médicos (Fenam) também repudia à posição do MEC. No fundo, o objetivo disso tudo é beneficiar faculdades e universidades privadas.

### DUPLO GOLPE

Para Francisco Magalhães, trata-se de um golpe duplo: contra a saúde e contra a educação. Esta iniciativa do MEC se dá em sintonia com a expansão do mercado da educação superior paga. Pequenas e médias faculdades têm sofrido forte pressão econômica de empresários das faculdades privadas, que baixam o preço das mensalidades dos seus cursos, atraindo a transferência de alunos para suas redes de ensino. Predominam o preço cobrado e o lucro crescente em detrimento do compromisso com a qualidade da Educação.

O próprio Ministério da Educação define os hospitais-escola como centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de Saúde. É justamente isso que não existe em Juazeiro, no Norte baiano, onde o Hospital Regional care-

ce de leitos e de estrutura, por exemplo, para ressonância magnética e tomografia computadorizada. Seus 74 médicos fazem greves sucessivas pelo pagamento de salários em atraso e trabalham sem realizar exames de alta complexidade em um hospital que é referência para habitantes de 53 municípios da rede PEBA (Pernambuco e Bahia). Em Eunápolis, Sul baiano, preocupa o índice de mortalidade neonatal, pois o Hospital Regional não tem neonatologia. Naquela região, serviço médico de alta complexidade só existe na rede privada.

O Hospital Regional de Jacobina ainda restabelece, gradativamente, sua rotina depois da reabertura, em abril de 2016. A instituição ficou cerca de quatro anos fechada e ainda há dúvidas se estaria em condições de servir como hospital-escola no prazo estabelecido pelo governo. Já Itabuna também vive uma crise na Saúde, que afeta os três complexos administrados pela Santa Casa de Misericórdia. Em todos, as equipes médicas experimentam dificuldades, que vão da carência de insumos bási-

cos ao atraso salarial. O Calixto Midlej Filho é o hospital geral do município; o Hospital São Lucas atende pelo SUS e o Manoel Novaes trabalha com Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia.

O Hospital Regional de Guanambi tem até uma estrutura física razoável para uma unidade de Saúde que é referência para cerca de 50 municípios do entorno. Contudo, segundo médicos, a demanda é muito grande. A instituição poderia dispor, por exemplo, de cirurgião vascular, neurocirurgião e urologista. Outro serviço importante,

mas inexistente, inclusive para eventuais acadêmicos de Medicina, seria o de cirurgia para pacientes de Ortopedia. Por sua vez, não é raro a falta de insumos dificultar o funcionamento de UTIs - a instituição tem 10 leitos intensivos e cinco semi-intensivos. Portanto, este é mais um hospital baiano que não atende pressuposto básico para um hospital-escola, como a incorporação tecnológica e a abrangência no atendimento.

Segundo o diretor do Sindimed em Alagoinhas, Raimundo Almeida, o Dantas Bião, referência na região, poderia ser um bom hospital-escola “se fosse bem administrado”. Potencial para isso a instituição tem, mas por lá se verificam carências semelhantes às de seus congêneres do interior do Estado. Segundo Almeida, o paciente que não estiver internado só encontra tratamento ambulatorial. Está, portanto, privado de serviços como ultrassonografia, endoscopia, tomografia, ressonância magnética, dentre outros. O médico estima que moradores de 22 municípios do entorno de Alagoinhas recorram aos serviços do Dantas Bião, que dispõe de cerca de 100 leitos.

## PREVISÃO DE VAGAS ANUAIS E EMPRESAS QUE OFERECERÃO O CURSO DE MEDICINA NA BAHIA

- **Alagoinhas** ..... 65 vagas - Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.
- **Eunápolis** ..... 55 vagas - Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.
- **Guanambi** ..... 60 vagas - Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda.
- **Itabuna** ..... 85 vagas - Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda.
- **Jacobina** ..... 55 vagas - AGES Empreendimentos Educacionais Ltda.
- **Juazeiro** ..... 55 vagas - IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.



*Para diretor do Sindimed em Alagoinhas, o Dantas Bião poderia ser um bom hospital-escola se fosse melhor administrado*